

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

JAÍNE DOS SANTOS ROCHA RIBEIRO

INVISIBILIDADE E INTERSECCIONALIDADE: crianças negras com deficiência

São Luís

2026

JAÍNE DOS SANTOS ROCHA RIBEIRO

INVISIBILIDADE E INTERSECCIONALIDADE: crianças negras com deficiência

Monografia apresentada à Universidade Federal
do Maranhão para obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Patrícia Costa Ataíde

São Luís

2026

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Rocha Ribeiro, Jaine dos Santos.

INVISIBILIDADE E INTERSECCIONALIDADE : crianças negras
com deficiência / Jaine dos Santos Rocha Ribeiro. - 2026.
60 p.

Orientador(a): Patrícia Costa Ataíde.

Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão,
São Luís, 2026.

1. Raça e Deficiência. 2. Interseccionalidade. 3.
Infância. I. Ataíde, Patrícia Costa. II. Título.

JAÍNE DOS SANTOS ROCHA RIBEIRO

INVISIBILIDADE E INTERSECCIONALIDADE: crianças negras com deficiência.

Monografia apresentada à Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Patrícia Costa Ataíde

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Patrícia Costa Ataíde (orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Alda Margarete Silva Farias Santiago
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Thais Andrea Carvalho de Figueiredo Lopes
Universidade Federal do Maranhão

Dedico este trabalho a minha mãe, que sempre acreditou e confiou que eu seria a primeira da família a ser graduada. Mesmo não estando aqui para celebrar o fim da graduação, serei eternamente grata pela sua força, coragem, amor, parceira e fé que foram minha fonte de inspiração. Eu te amarei para sempre, mãezinha.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo a Deus, meu maior alicerce. Porque em todos os momentos esteve cuidado e me sustentando. Por ter sido meu maior consolo e auxílio quando tive a minha maior perda e pensei em desistir da caminhada. Se não fosse sua misericórdia, graça e infinito amor eu não teria chegado até aqui.

À minha mãe Antônia Claudete, que dedicou sua vida na criação dos filhos. Agradeço por ter confiado, insistido e acreditado que eu chegaria até aqui. Por ter sido minha maior motivadora na luta pelos meus sonhos com força e oração. Finalizo essa graduação para honrar sua memória e celebrar essa conquista que também é sua.

Agradeço ao meu pai Raimundo Rocha e minha madrasta Delciane Rocha que sempre acreditaram em mim, mesmo quando eu não acreditava. Por todos os conselhos, abraços, orações e por entenderem as minhas ausências. Aos meus irmãos, Jarlison, Josué e Nathalia por me incentivarem e torcerem sempre por mim e aos meus caçulas Salathiel e Miguel por entenderem as minhas faltas em nosso tempo juntos e por serem tão especiais.

Ao meu querido marido, Eliakim Ribeiro, agradeço por toda parceria e apoio. Por ser meu maior motivador, meu ponto de equilíbrio e calma. Por acreditar e estar comigo em todos os momentos. Obrigada por ter feito parte desse processo e ter feito ele se tornar mais tranquilo.

À todas as minhas tias, em especial Vanuza Pinheiro que sempre foi colo, abrigo, mão estendida e consolo durante minha vida. Aos meus avós Joseana de Jesus e João Alves por me ensinarem que não tinha caminho melhor se não, o da educação.

À minha turma de Pedagogia, em especial minhas amigas, Ana Beatriz, Jennyfer Kayllane, Rafaela Cipriano e Ruana Dorneles. Obrigada por terem sido tão gentis, sinceras e amigas verdadeiras. O companheirismo, parceria e a amizade nesse processo foram fundamentais para que a graduação fosse mais leve e até divertida. Vocês fizeram grande diferença na minha vida.

Enfim, à todos os professores que me ensinaram muitos em todos esses anos, mas em especial à minha orientadora Patrícia Ataíde, que foi um verdadeiro anjo. Agradeço por sua disponibilidade, atenção, apoio, incentivo e pelos conhecimentos

compartilhados. Espero ser uma educadora comprometida com o trabalho, dedicada, atenciosa e tão humana quanto a senhora.

RESUMO

A educação escolar tem por objetivo formar cidadãos conscientes e críticos na sociedade, sendo assim um direito de todas as crianças assegurado por lei. Nesse viés, é uma luta contra desigualdades e opressões as quais estão inseridas. As crianças negras com deficiência fazem parte de um grupo de minorias por vincular dois conceitos estigmatizados, raça e deficiência, que se cruzam na linha da interseccionalidade. A partir disso, esta pesquisa busca tentar responder: Como a interseccionalidade entre raça e deficiência atravessa as vivências familiares e escolares de crianças negras com deficiência?”. Objetiva-se analisar de que maneira a interseccionalidade entre raça e deficiência atravessa as vivências familiares e escolares de crianças negras com deficiência, a partir dos relatos de mães e de uma professora, evidenciando os processos de invisibilização e exclusão social. Metodologicamente a pesquisa é de caráter quali-quantitativo, pois usou-se pesquisas bibliográfica, documental e dados quantitativos. Para pesquisa bibliográfica, foram utilizados textos dos autores Mbembe (2016); Almeida (2019); Gomes (2005); Almeida (2020); Gugel (2015), entre outros, e para pesquisa documental textos de lei da Constituição e alguns relatórios como *A Situação das Pessoas Negras com Deficiência no Brasil* (2023) e os relatórios do Censo do IBGE (2022). A pesquisa contou ainda com entrevistas semiestruturadas a mães e uma professora. A análise dos dados foi realizada mediante os ensinamentos de Bardin (2011). Conclui-se que a pesquisa destaca a importância de uma educação antirracista e anticapacitista e como o discurso pedagógico precisa caminhar para a inclusão efetiva e ainda a necessidade de políticas públicas que sejam pensadas para facilitar a vida de pessoas negras com deficiência.

Palavras-chave: raça; deficiência; interseccionalidade; infância

ABSTRACT

School education aims to form conscious and critical citizens in society, thus being a right of all children guaranteed by law. In this sense, it is a fight against inequalities and oppressions in which they are embedded. Black children with disabilities are part of a minority group because it links two stigmatized concepts, race and disability, which intersect along the lines of intersectionality. Based on this, this research seeks to answer: How does the intersectionality between race and disability permeate the family and school experiences of Black children with disabilities? The objective is to analyze how the intersectionality between race and disability affects the family and school experiences of black children with disabilities, based on the reports of mothers and a teacher, highlighting the processes of invisibility and social exclusion. Methodologically, the research is qualitative in nature, as it used bibliographic and documentary research and quantitative data. For the bibliographic research, texts by the authors Mbembe (2016); Almeida (2019); Gomes (2005); Almeida (2020); Gugel (2015), among others, and for documentary research, texts from the Constitution and some reports such as The Situation of Black People with Disabilities in Brazil (2023) and the IBGE Census reports (2022). The research also included semi-structured interviews with mothers and a teacher. Data analysis was carried out using the teachings of Bardin (2011). It is concluded that the research highlights the importance of an anti-racist and anti-ableist education and how the pedagogical discourse needs to move towards effective inclusion, as well as the need for public policies designed to facilitate the lives of Black people with disabilities.

Keywords: race; disability; intersectionality; childhood.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações das famílias.....	38
Quadro 2 - Informações da Professora.....	39
Quadro 3 - Pergunta 1: “Seu filho consegue acessar os benefícios sociais?”.....	42
Quadro 4 - Pergunta 2: “Você sente que os serviços públicos estão preparados para atender crianças com deficiência?”.....	44
Quadro 5 - Pergunta 3: “A escola oferece algum tipo de suporte específico para a deficiência do seu filho?”.....	45
Quadro 6 - Pergunta 4: Qual a maior dificuldade que seu filho enfrenta na escola por ser uma criança com deficiência? Você acha que a cor da pele influência no tratamento por ele recebido?.....	46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Proporção da população residente por cor ou raça– 1991/2022 (%).....	33
Gráfico 2 - Cor ou raça predominante por município.....	34
Gráfico 3 - Distribuição de alunos e alunas de acordo com a cor/raça.....	35
Gráfico 4 - Matrículas em sala comum por alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.....	36
Gráfico 5 - Taxas de analfabetismo das pessoas com deficiência.....	36

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A PESSOA NEGRA E A DEFICIÊNCIA	16
2.1 Aspectos históricos	16
2.2 Interseccionalidade entre raça e deficiência	24
3 A PESSOA NEGRA COM DEFICIÊNCIA E O ACESSO À EDUCAÇÃO	27
3.1 Aspectos gerais da política e da legislação: inclusão de pessoas negras e com deficiência	28
3.2 Dados relativos ao acesso à educação	32
4 METODOLOGIA	37
5 RESULTADOS.....	41
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS.....	50
APÊNDICES	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

1 INTRODUÇÃO

A educação escolar tem um papel de fundamental importância na vida do ser humano, caminhando desde a educação infantil até a etapa acadêmica e desenvolvendo habilidades e competências essenciais para a promoção da formação social, emocional, cidadã e de valores. Por meio da interação com diferentes colegas e da participação ativa na escola, aprende-se a respeitar, a compreender seus direitos e deveres e a se posicionar de maneira crítica no mundo.

De acordo com o art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90 –, a criança tem direito a educação, estar matriculada em uma instituição de ensino e exercer sua cidadania desde cedo, bem como ter igualdade para a permanência na escola. No entanto, nem todas as crianças têm seus direitos assegurados, principalmente aquelas com necessidades específicas, pois necessitam de um atendimento especializado, com adaptações de recursos, materiais didáticos e profissionais qualificados (Brasil, 1990).

A partir desse viés, observa-se que as crianças negras com deficiência precisam de um olhar mais atencioso, pois estão sujeitas a sofrerem com dois estigmas, racismo e capacitismo. Portanto, o objeto de investigação desse estudo é analisar de que maneira a interseccionalidade entre raça e deficiência atravessa as vivências familiares e escolares de crianças negras com deficiência, a partir dos relatos de mães, evidenciando os processos de invisibilização e exclusão social.

Durante minha trajetória acadêmica e profissional, percebi que a presença da deficiência é geralmente pensada de forma universal, sem recortes raciais, e que o discurso da inclusão raramente menciona a criança preta com deficiência. O encontro com essa temática emerge a partir do contato com estágios não obrigatórios, quando a práxis é colocada em prática e o discurso da inclusão se mostra, muitas vezes, apenas como uma falácia, sem ações concretas de inclusão. Foi possível observar alunos brancos e negros com necessidades específicas parecidas recebendo tratamento totalmente diferente, tanto por parte de seus pares quanto daqueles que deveriam fazer a diferença na regência de sala, o que me deixou extremamente preocupada e despertou o interesse pelo assunto. Pessoalmente, esta pesquisa nasce do meu envolvimento com a Educação Inclusiva desde o começo da graduação, ao perceber que essas crianças precisavam de um olhar atencioso e

acima de tudo respeitoso, com isso eu firmei um compromisso com o enfrentamento do racismo e das desigualdades.

O silenciamento da criança negra com deficiência gera algumas inquietações. Este trabalho tem o interesse de responder “Como a interseccionalidade entre raça e deficiência atravessa as vivências familiares e escolares de crianças negras com deficiência?” Discutir o tema é um passo fundamental para pensar políticas públicas realmente inclusivas e antirracistas.

A infância é tratada como uma categoria social, histórica e diversa, pois não existe uma única infância ou “a” infância, mas infâncias determinadas por classe, raça, gênero e deficiência. As crianças negras que possuem algum tipo de deficiência são duplamente restringidas, pois sofrem duas formas de exclusão, uma por sua cor de pele e outra por sua condição física, comportamental ou intelectual. Essa situação pode ainda ser agravada quando atrelada ao fator classe social.

Nesse ínterim, o racismo pode ser considerado um fenômeno complexo que atravessa a ideologia, a justiça e o direito, fazendo parte da estrutura da organização econômica e política como manifestação da sociedade. As pessoas com deficiência podem ser compreendidas como sujeitos com impedimentos de longo prazo, sejam eles de natureza sensorial, física ou intelectual, o que afeta sua participação ativa e plena na sociedade, em condições de igualdade em relação às pessoas que não possuem qualquer tipo de deficiência.

Com isso, observa-se que as crianças negras com deficiência precisam de um olhar mais atencioso, pois estão sujeitas a sofrerem com dois estigmas, racismo e capacitismo. Portanto, o objeto geral desse estudo é analisar de que maneira a interseccionalidade entre raça e deficiência atravessa as vivências familiares e escolares de crianças negras com deficiência, a partir dos relatos de mães, evidenciando os processos de invisibilização e exclusão social. No desdobramento desse objetivo geral, temos como objetivos específicos:

- Explorar como os aspectos históricos que permeiam a vida dos sujeitos abordados na pesquisa se encontram na interseccionalidade entre raça e deficiência;
- Conhecer alguns aspectos políticos e legais relacionados à inclusão de pessoas negras com deficiência na sociedade;

- Identificar as experiências vividas pelas crianças negras com deficiência a partir dos relatos de suas mães e de uma professora.

Esse trabalho está estruturado em três seções, além da introdução e das considerações finais. Na seção 2 será apresentada a pessoa negra e a deficiência, com ênfase nos aspectos históricos e na interseccionalidade entre raça e deficiência. A seção 3 traz os aspectos gerais da política e da legislação, além de dados relativos ao acesso à educação de pessoas negras e com deficiência. Na seção 4 será descrita a metodologia adotada na pesquisa. Na seção 5 estão os resultados obtidos por meio de entrevistas com mães de crianças negras com deficiências e uma professora a respeito das experiências vividas por essas em diferentes espaços sociais, dentre eles, a escola.

A partir disso, propõe-se uma reflexão crítica sobre racismo, capacitismo e interseccionalidade, buscando compreender como a escola brasileira, marcada por desigualdades históricas, reconhece, silencia ou exclui essas infâncias. Academicamente, o estudo se justifica pela escassez de produções que articulem raça e deficiência na infância. Conforme demonstram Sousa (2019), Gesser, Block e Mello (2020), há quase uma ausência de pesquisas que tratem simultaneamente de capacitismo, racismo e infância nos espaços escolares. Com a necessidade de ampliar esses estudos, discutiremos na próxima seção sobre a pessoa negra e a deficiência.

2 A PESSOA NEGRA E A DEFICIÊNCIA

Esta seção tem por objetivo explorar como os aspectos históricos que permeiam a vida dos sujeitos abordados na pesquisa se encontram na interseccionalidade. Este momento será para apresentar como podemos nos aproximar de maneira objetiva e concisa das temáticas aqui trabalhadas. Dessa forma, caminharemos por duas subseções na tentativa de trazer ao leitor e a leitora a compreensão de forma clara dos assuntos aqui abordados.

A primeira sendo um apanhado dos aspectos históricos que contam um pouco de como foram compreendidos o racismo e o capacitismo e como as concepções sobre esses sujeitos foram mudando ao longo dos séculos, bem como a visão a respeito dos grupos tratados como minorias ou hiper vulneráveis. Na segunda seção, a atenção está voltada para o conceito de interseccionalidade, com a finalidade de se debruçar sobre o assunto e descobrir como esse conceito se encontra com os indivíduos abordados na pesquisa, bem como, de que forma o racismo e o capacitismo se encontram e são criadas discriminações com o duplo estigma.

2.1 Aspectos históricos

A sociedade brasileira é acometida por diversos problemas que fazem parte de sua estrutura como nação, problemas esses, relacionados à manutenção de privilégios, discriminação, racismo, supremacia branca, capacitismo, dentre muitos outros de ordem estrutural. Diante disso, é de suma importância que façamos uma breve reflexão sobre o contexto histórico das relações étnico raciais no Brasil e para tanto, é necessário voltar alguns séculos, especificamente o XIX, período em que foi instituído o sistema de escravidão pelos colonizadores portugueses, ao sequestrarem africanos para o Brasil, com a finalidade de exercerem trabalhos braçais e receberem tratamento desumano, um sistema opressor que perdurou quase 400 anos.

Enquanto os escravizados e suas famílias eram mantidos sob o domínio do homem branco europeu, os filhos da burguesia deram início à fase escolar com a chegada da Companhia de Jesus, onde os jesuítas exerciam trabalhos educativos, com ideias da cultura medieval europeia para transmissão da ideologia dominante de supervalorização da cultura europeia católica a fim de sobrepor sua a cultura e os seus valores marginalizar de forma a excluir os diferentes de todas as formas. Gomes (2005, p. 38) reforça isso ao afirmar que:

Foi o modelo de família patriarcal que influenciou a importação de ideias dominantes da cultura medieval européia, feita por intermédio do trabalho educativo dos Jesuítas. A classe dominante branca, detentora do poder político e econômico, tinha de ser também detentora dos bens culturais importados da Europa.

Os negros não recebiam nenhuma educação formal no período em que a Companhia de Jesus chegou ao Brasil, eram impedidos de estudar pois, o objetivo de estarem no Brasil era fornecer mão-de-obra não remunerada, melhor dizendo, escravizada. Apenas no final do Império, a partir da reforma de 1879 foi instituída a liberdade de ensino, a criação de escolas normais e o fim da proibição de matrículas de escravizados negros, mesmo que fosse uma escolarização alheia à sua realidade. Todo esse período teve um papel de grande influência para a formação social, política, econômica e para a construção de modelos raciais, mostrando assim que o racismo é fruto de um sistema. Almeida e Paulani (2024) afirmam que o racismo é também um processo de constituição de subjetividades, no qual os indivíduos têm sua consciência e seus afetos articulados, de alguma forma, às práticas sociais.

A pessoa negra por muito tempo foi tratada como indigente e essa luta por liberdade, dignidade e pelos direitos humanos vem sendo enfrentada também por minorias, grupos que estão à margem da sociedade, como as pessoas com deficiência que buscam seus direitos sociais, de luta contra o capacitismo e por uma vida com respeito e dignidade.

Com base no entendimento do que é o racismo estrutural como processo de discriminação e de práticas sociais que fortalecem a desigualdade social à qual é direcionada às pessoas negras em detrimento do privilégio da branquitude, guardando-se as suas proporções, o capacitismo é uma espécie de preconceito análogo ao racismo. Por essa razão, a indispensabilidade da análise de pessoas negras com deficiência baseada na interseccionalidade, que aborda uma apreensão ampla acerca das estruturas sociais (Lima *et al.*, 2024, p. 9).

A busca por um tratamento de ser humano digno de cidadania e liberdade não acometeu somente a população negra. Durante muito tempo as pessoas com deficiência foram vistas como estorvo da sociedade, ao longo da história, muitas tiveram suas vidas ceifadas ainda na infância por serem vistas como aberrações e castigo divino.

Na antiguidade, as três sociedades antigas mais conhecidas foram a grega, a egípcia e a romana. O contexto de deficiência já era presente nessas sociedades, nesse período, inclusive, alguns arqueólogos tiveram acesso a registros reveladores da presença de pessoas com deficiência na sociedade, inclusive nas classes sociais

de maior prestígio. Acredita-se que no Egito Antigo as pessoas com deficiência integravam a sociedade de maneira equilibrada com as pessoas sem deficiência. A respeito disso:

Evidências arqueológicas nos fazem concluir que no Egito Antigo, há mais de cinco mil anos, a pessoa com deficiência integrava-se nas diferentes e hierarquizadas classes sociais (faraó, nobres, altos funcionários, artesãos, agricultores, escravos). A arte egípcia, os afrescos, os papiros, os túmulos e as múmias estão repletos dessas revelações. Os estudos acadêmicos baseados em restos biológicos, de mais ou menos 4.500 a.C., ressaltam que as pessoas com nanismo não tinham qualquer impedimento físico para as suas ocupações e ofícios, principalmente de dançarinos e músicos (Gugel, 2015, p. 2).

As pessoas com deficiência possivelmente ocupavam grandes cargos na sociedade, pois eram vistas como pessoas capazes. Ainda no Egito, por conta das constantes tempestades de areia, era comum algumas pessoas ficarem cegas ao serem acometidas por infecções em seus olhos. De acordo com Gugel (2015, p. 3) “os papiros contêm fórmulas para tratar de diversas doenças, dentre elas a dos olhos”, o Egito antigo era uma sociedade que, segundo os achados arqueológicos, demonstrava se importar com essas pessoas, tanto que os médicos produziam fórmulas para tratarem diversas doenças mesmo, que não tivessem o conhecimento aprofundado a respeito delas.

Situação bem diferente da que acontecia na Grécia em que havia uma supervalorização do corpo perfeito e da boa forma, em razão disso, a prática de exercícios físicos era algo cultural. Algumas cidades da Grécia merecem um destaque quando falamos nesse assunto, como é o caso das imponentes Atenas e Esparta (Monteiro *et al.*, 2009).

Especialmente Esparta, era conhecida pela sua educação que focava em formar os meninos para serem grandes guerreiros, pois desde sua infância eram submetidos a situações extremas, como suportar frio por algumas horas, fome e até apanhavam bastante para serem homens de guerra. Os gregos eram conhecidos tanto por qualidade física, quanto por intelectual, pois eram pessoas muito inteligentes e se destacavam em várias áreas. Mediante toda essa valorização do e da mente, era inevitável que essa sociedade desprezasse e eliminasse quem não se encaixasse nesse padrão.

De acordo com Gugel (2015, p. 4), Platão e Aristóteles afirmavam que “trataram do planejamento das cidades gregas indicando as pessoas nascidas “disformes” para a eliminação”, sendo assim, as pessoas com algum tipo de deficiência eram expostas,

abandonadas e até mesmo jogadas de precipício para a morte. Havia um plano de contingência caso alguma criança nascesse com alguma deformidade. O livro *A Política de Aristóteles*, deixa claro isso:

A Política, Livro VII, Capítulo XIV, 1335 b – Quanto a rejeitar ou criar os recém-nascidos, terá de haver uma lei segundo a qual nenhuma criança disforme será criada; com vistas a evitar o excesso de crianças, se os costumes das cidades impedem o abandono de recém-nascidos deve haver um dispositivo legal limitando a procriação se alguém tiver um filho contrariamente a tal dispositivo, deverá ser provocado o aborto antes que comecem as sensações e a vida (a legalidade ou ilegalidade do aborto será definida pelo critério de haver ou não sensação e vida) (Gugel, 2007, p. 63).

Por esse motivo, as pessoas com deficiência não eram admitidas pelos gregos e recebiam tratamentos e destinos cruéis. Com relação a Roma, não era tão diferente, pois essas as pessoas eram consideradas sem valor e eram tratadas como descartáveis. Algumas famílias ao descobrirem que seus filhos haviam nascido com alguma “deformidade” livravam-se deles, ademais, era permitido o afogamento ou abandono dessas crianças em lugares propensos à morte como era o caso de serem jogadas em cestos no rio. Há quem tivesse a sorte de ser encontrado e resgatado por alguma alma caridosa, outros simplesmente não tinham essa chance. Infelizmente, aos que sobreviviam lhes restava aceitar todas as formas de exclusão e marginalização às quais eram expostos e tratamento vil, tendente à coisificação pois, de qualquer forma, estavam vivos.

Segundo Negreiros (2014) nesse período, muitos desses sujeitos eram usados em prostíbulos com interesses comerciais, ou como chacota por parte das famílias mais abastadas que os utilizava como atrações de circo. Esse tratamento era aceito pela sociedade como algo natural, as pessoas agiam como se não fosse um problema e os discriminavam porque não aceitavam quem não correspondesse aos critérios de perfeição.

As pessoas com deficiência sofreram muito por conta de sua condição física ou intelectual por bastante tempo, apenas com o surgimento do cristianismo que essa visão começou a ganhar rumos diferentes, a partir da implementação da nova religião, alguns conceitos foram tomando novas formas e essas pessoas começaram a ser vistas como dignas de misericórdia, caridade e atenção. Gugel (2015, p. 6) nos ajuda a compreender isso:

Foi no vitorioso Império Romano que surgiu o cristianismo. A nova doutrina voltava-se para a caridade e o amor entre as pessoas. As classes menos favorecidas sentiram-se acolhidas com essa nova visão. O cristianismo

combateu, dentre outras práticas, a eliminação dos filhos nascidos com deficiência. Os cristãos foram perseguidos porém, alteraram as concepções romanas a partir do Século IV. Nesse período é que surgiram os primeiros hospitais de caridade que abrigavam indigentes e pessoas com deficiências.

Com essa mudança, a ideia de extermínio as pessoas com deficiência foram abandonadas, pelo menos por esse período, em que ações movidas pela caridade ganharam espaço. Na idade média as pessoas com deficiência passaram a ser vistas como pessoas, como seres que além de possuir um corpo, tinha uma alma e uma mente. Apesar de muitos serem abandonados em instituições de caridade, onde eram reclusas e viverem à parte da sociedade, eram vistas como dignas de piedade e caridade.

Contudo, apesar da mudança de pensamento sobre a deficiência, o pensamento mítico e religioso retornou. A deficiência, relacionada ao castigo divino, motivo de vergonha para as famílias e a sociedade, precisava ser purificada. Além disso, por serem vistas como detentoras de poderes especiais, fruto e praticante de bruxaria ser castigadas e mortas. Essa concepção que relaciona deficiência com pecado justificava a segregação e a estigmatização que levaram à eliminação de milhares de pessoas na fogueira da Inquisição (Bianchetti, 1995).

Na Idade Moderna, filosofias humanistas contribuíram para a mudança de olhar sobre o ser humano, o que contribui para o início de investigações no campo da Medicina, fazendo crescer os estudos e as experiências voltadas às deficiências, como os aspectos orgânicos, hereditariedade, distorções anatômicas, entre outras (Chahini, 2024).

Portanto, começaram a serem vistos como pessoas, como seres que além de possuir um corpo, tinham uma alma e uma mente. Apesar disso, muitos ainda viviam abandonados em instituições de caridade, onde eram reclusos e viviam à parte da sociedade dependendo da piedade e da caridade.

Conforme o tempo passava, alguns avanços chegavam como nos séculos XVII e XVIII em que os hospitais começaram a se desenvolver com atendimento às pessoas com deficiência, inclusive, médicos se empenhavam em prestar assistência aos soldados que voltavam da guerra com parte de seus corpos mutilada, bem como, aos cegos e surdos. As pessoas que tinham doenças mentais começaram a ser tratadas como doentes que necessitavam de cuidados e não mais com violência como acontecia no passado.

Já no século XIX surgiram algumas instituições destinadas ao cuidado de pessoas com deficiência e, seguindo a linha europeia, no Brasil foi criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atualmente Benjamin Constant) através de um decreto imperial em 1854 e, alguns anos depois, o Imperial Instituto dos Surdos Mudos (atual Instituto Nacional de Educação de Surdos) em 1857. Esses institutos se responsabilizavam pela educação e cuidado dessas crianças porque a maioria era abandonada por suas famílias.

Contudo, no século XX houve grandes avanços para os sujeitos que sofriam com alguma deficiência, principalmente, com o aperfeiçoamento de instrumentos que já vinham sendo utilizados por essas pessoas como a cadeira de rodas, as bengalas, entre outros. A partir daí, iniciou-se uma discussão sobre o destino das crianças com deficiência e a maneira de inseri-las na sociedade no futuro. No entanto, logo começou a primeira guerra mundial e, com ela as crises, então, os países começaram a passar por severos problemas econômicos.

O nazismo, liderado por Adolf Hitler, na defesa da superioridade da raça alemã, exterminou tudo o que fosse contrário à genética ariana. Certeza (2019), afirma que durante o período nazista (1933), uma espécie de higiene racial iniciou-se a partir de um sonho de Hitler, de “limpar ou esterilizar” a sociedade, por meio de aparato “legal”, a lei de prevenção contra a prole geneticamente doente (conhecida como *GezVen*¹), que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1934 e legalizou a esterilização forçada de milhares de pessoas na Alemanha e, a partir disso, decidiu o futuro delas através da esterilização, que se valia de autorização judicial e de aparecer médico para o seu cumprimento. Nesse período, na Alemanha, mais de 400 mil pessoas foram esterilizadas.

Na mesma direção, após a *GezVen*, foi criado o programa Aktion T4 que tinha por título, o fatídico slogan ‘Uma vida que não vale a pena ser vivida’ (Certeza, 2019), uma tentativa de o governo ditar quem tinha o direito de viver e quem não tinha, assim, “assassinou mais de 260 mil pessoas com deficiência na Alemanha” (Certeza, 2019, p. 20).

Essa lei vigorou por muitos anos na Alemanha, somente em 1988 foi condenada, assim como todas as outras leis nazistas. O reconhecimento dos danos causados e as condenações foram um passo muito importante, no entanto, não houve

¹ Em alemão, *Gesetz zur Verhütung erbkranken Nachwuchses*, que em português significa lei para a prevenção de doenças hereditárias na prole.

punições, tampouco o ressarcimento às pessoas afetadas e isso serve para mostrar que quem comete tal crime precisa pagar. No entanto, as vítimas e as famílias nunca foram indenizadas por parte do governo e a lei nazista foi finalmente retirada apenas em 2007.

Contudo, a visão acerca das pessoas com deficiência foi se adaptando e mudando conforme o passar do tempo. Logo após a primeira e segunda guerra mundial, muitos dos soldados voltavam para suas casas com partes de seu corpo machucadas e até mesmo mutiladas, tornando-se pessoas com deficiência física. Esse fato levou o governo a trabalhar com essas pessoas na perspectiva da reabilitação para que voltassem a exercer suas funções.

Com isso, surgiu a ideia de que a deficiência poderia ser superada apenas com vontade de mudança e esforço, que o lugar de exclusão em que essas pessoas eram colocadas dependia exclusivamente delas. Esse modelo reabilitador não é tão forte atualmente, pois hoje é mais expressivo o pensamento burguês de que pessoas com deficiência não têm capacidade de trabalhar, estudar, firmar família e ser adultos funcionais.

Esse pensamento burguês alicerçado pelo sistema capitalista que classifica as pessoas na sociedade a partir da lógica da produtividade e da propriedade dos meios de produção exclui aqueles que não satisfazem essa lógica, como as pessoas com deficiência e os negros (e negras). Almeida (2019, p. 54) nos ajuda a pensar sobre isso:

Os regimes colonialistas e escravistas, o regime nazista, bem como o regime do *apartheid* sul-africano não poderiam existir sem a participação do Estado e de outras instituições como escolas, igrejas e meios de comunicação. O Estado moderno é ou Estado racista – casos da Alemanha nazista, da África do Sul antes de 1994 e dos Estados Unidos antes 1963 –, ou Estado racial – determinados estruturalmente pela classificação racial –, não havendo uma terceira opção. Com isso, quer dizer Goldberg que o racismo não é um dado acidental, mas é um elemento constitutivo dos Estados modernos.

A partir da contribuição de Almeida (2019) é possível inferir que da mesma forma que o racismo não poderia existir sem a participação do Estado e das instituições formadoras de opiniões, o capacitismo também não. Pois são fruto do que Foucault e Galvão (2005) afirma ser o biopoder ou biopolítica, que seria o exercício de poder sobre a vida. Para ele, o racismo é uma tecnologia de poder, com funções específicas do Estado, agindo assim com uma nova forma de soberania, o poder de retirar a vida, bem como de controlá-la, mantê-la ou até mesmo prolongá-la (Almeida, 2019).

Esse pensamento em primeiro momento pode parecer um absurdo, mas o fato de ter uma liderança de poder estatal que governa um país fica fácil entender que a manutenção da vida passa pelo poder do Estado, por meio do saneamento básico, saúde pública, segurança pública, abastecimento, entre outros. Tudo isso corrobora como formas de controle, pois se há ausência desses cuidados básicos, a população sofre as consequências.

Aquém, portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a 'população' enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de 'fazer viver'. A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer (Foucault; Galvão, 2005, p. 294).

Assim sendo, as minorias são alvo do poder do Estado e para que exista o racismo, estratégia de exclusão das classes dominadas e manutenção da riqueza nas mãos das classes dominantes, o capacitismo utiliza-se da participação de instituições reprodutoras de ideologias de necropolítica. O ponto de fusão entre morte e política foi com o nazismo, mas o fim do nazismo não resultou na queda do colonialismo, que continuou vivo e apresentando novas formas de administração da vida.

Dessa forma, não é possível distinguir entre guerra, política, homicídio e suicídio (Almeida, 2005 *apud* Mbembe, 2016), ou seja, é o Estado quem infere os grupos super vulneráveis, seja grupo de mulheres, negros, indígenas, pessoas com deficiência, entre outros, e a partir disso, decide os que pode matar, ou seja, quem tem o direito de viver ou morrer, obedecendo à lógica da necropolítica e do necropoder.

Propus a noção de necropolítica e necropoder para explicar as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de 'mundos de morte', formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o *status* de 'mortos-vivos' (Mbembe, 2016).

No Brasil, temos alguns exemplos de necropolítica como a ditadura, a escravidão e a pandemia da Covid-19, mas temos também um exemplo recente, a chamada megaoperação de policiais no Rio de Janeiro no dia 28 de outubro de 2025 no Complexo da Penha e do Alemão, quando 121 jovens pobres, em sua maioria negros, foram mortos por serem alvos fáceis, corpos vulneráveis e "matáveis" em prol do "bem comum", essa é a afirmação do estado.

Nesse contexto são os corpos negros que vivem sob o pensamento colonialista de dominação e extermínio, em que são retirados a humanidade e o direito de viver dessas pessoas. É estranho pensar que um país como o Brasil cuja maior parte da sua população seja negra é o mesmo que banaliza a sua vida.

Destarte, a hiper vulnerabilidade de pessoas negras e pessoas com deficiência, assim como de outros grupos minoritários é potencializada por meio da biopolítica e culmina na necropolítica “tendo em vista que em termos de depreciação e coisificação do ser humano, são reproduzidos dentro de uma lógica de supremacia branca e hegemônica” (Lima *et al.*, 2024, p. 10).

Na perspectiva de ampliar o conhecimento acerca da realidade dos negros, das negras e das pessoas com deficiência que, embora com identidades diferentes, partilham da desumanização dos seus corpos, da marginalização social e da busca por direitos.

2.2 Interseccionalidade entre raça e deficiência

O movimento de pessoas com deficiência e o movimento de pessoas negras se entrelaçam em um ponto em comum, o da interseccionalidade, vamos utilizar o significado atribuído por Crenshaw (1989), uma jurista estadunidense que usou o termo pela primeira vez em 1989, como uma crítica do feminismo negro às análises de raça e gênero como categorias unificadas de sujeição, como se as mulheres fossem todas iguais, desconsiderando assim, as diferentes realidades. Segundo Valdes (2005) “em um mesmo indivíduo habitam vários eixos de identidade”, são pessoas singulares em suas necessidades, formas de pensar, agir e existir, por isso devem ser tratadas como indivíduos únicos.

A partir do panorama da interseccionalidade é possível perceber que a realidade social é composta por diferentes sujeitos, dentre os quais, alguns fogem ao padrão estabelecido, seja de classe social, raça, gênero, idade ou região de origem. As pessoas que não atendem a esse padrão socialmente valorizado são discriminadas, daí a utilização de estratégias de marginalização e exclusão social, que fazem parte de sistemas discriminatórios, como o racismo e o capacitismo, criadores de desigualdades sociais. Nesse sentido:

Trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias,

classes entre outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

A discriminação acontece de diversas formas, sejam explícitas ou sutis a ponto de serem naturalizadas. Para isso são utilizadas representações no sentido de garantir que a ideia de superioridade, força, capacidade e inteligência estejam relacionadas a determinados grupos etnicorraciais, ou ainda, às pessoas que não possuem deficiência. Roger Chartier (2005, p. 149) nos ajuda a compreender o conceito de representações:

As representações são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. O poder e a dominação estão sempre presentes. As representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas.

Essas representações, portanto, ajudam a legitimar as desigualdades sociais, apoiando-se em outras desigualdades, como a de gênero, etária, regional, acadêmica, racial e quanto à ausência ou presença de deficiência. Nesse sentido, é importante a luta contra a discriminação interseccional, que determina os desejáveis e os indesejáveis na sociedade. A interseccionalidade, estratégia inclusiva de enfrentamento de toda e qualquer forma de discriminação, não é fácil de ser identificada, conforme explica Crenshaw (2002, p. 176):

A discriminação interseccional é particularmente difícil de ser identificada em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação. Por ser tão comum, a ponto de parecer um fato da vida, natural ou pelo menos imutável, esse pano de fundo (estrutural) é, muitas vezes, invisível.

Quando o pano de fundo parece invisível, é o momento de ler as entrelinhas, é como estar em um cruzamento de vias, para que um carro avance, o outro precisa parar. Mas o que acontece quando alguém está no meio do cruzamento e os carros que estão vindo de vias opostas não param? Uma colisão acontece! É exatamente nesse momento que acontece a interseccionalidade, o choque da sobreposição de opressão que pode estar associada a classe, gênero, sexualidade, raça, etnia ou deficiência. É o cruzamento dessas linhas que culmina na discriminação, embora seu pensamento inicial tenha sido voltado para o feminismo, é possível utilizar o termo para outras classes, nesse trabalho será para raça e deficiência.

A história da sociedade brasileira passa por um ideal de branqueamento da população e exige um padrão, isso molda a forma como as famílias pretas pobres vivem, com mães que tentam a todo o momento proteger seus filhos e filhas de toda discriminação, seja na escolha das roupas para não se parecerem com “bandidos” e assim, sejam confundidos pela polícia, ou através da tentativa de copiar e reproduzir o comportamento dos brancos, vivendo de maneira defensiva pois, não importa o que façam, a cor de sua pele fala primeiro, chega primeiro e o tratamento recebido será por conta da cor. No entanto, se essa família que vive em constante defesa por conta do pensamento colonialista da sociedade tem um filho com alguma deficiência, duplicam as estratégias de sobrevivências a serem adotadas, pois torna-se necessário enfrentar dois estigmas: de raça e de deficiência.

Similarmente, é possível inferir que pessoas com deficiência pretas e pardas não sofrem o capacitismo da mesma forma que pessoas com deficiência brancas; e que, outrossim, sujeitam-se a padrões de discriminação racial distintos daqueles que supliciam afrodescendentes sem deficiência. Não se trata, como adverte Angela Davis, de propor uma “hierarquia de opressões”: o intuito da DisCrit — ‘tentáculo’ da *CRT* voltado ao cruzamento entre raça e deficiência — não é priorizar o racismo sobre o capacitismo, ou vice-versa. O desafio é mostrar como diferentes estruturas de exclusão se conjugam, produzindo novas dinâmicas de violência (Almeida; Araújo, 2020, p. 623).

Os processos de capacitismo do Estado, agem muitas vezes de forma cruel se pensarmos que até algum tempo atrás as pessoas com deficiência não eram reconhecidas como seres humanos, mas como aberrações e os resquícios desse período pairam sobre a sociedade. A população negra com deficiência sofre com falta de reconhecimento e exclusão há muito tempo, grande parte dos negros escravizados foram “submetidos a torturas e mutilações que levaram muitos à condição de deficiência” como afirma o Movimento Vidas Negras com Deficiência Importam (Minority Rights..., 2023, p. 16), esse movimento foi criado por pessoas negras com deficiência que buscam por seus direitos e lutam contra o racismo e o capacitismo na sociedade. Sendo assim, uma pessoa com deficiência é subjugada como incapaz de viver uma vida plena, com autonomia e responsabilidade, enquanto outra é julgada como suja e indigna por conta de sua raça, quando essas duas formas de subalternizações se encontram em uma pessoa, a sociedade automaticamente a despreza. Nesse momento, a interseccionalidade age como meio de inclusão, pois reconhece a produção de duplo estigma. No relatório do Movimento “Vidas Negras com deficiência importam” traz um pouco a ideia de como isso acontece:

O Capacitismo e racismo institucional descrevem violências que ocorrem por meio das instituições, nas quais se reproduzem práticas que violam direitos e

se oprimem pessoas negras com deficiência. Capacitismo e racismo individual têm como práticas as ações individuais e diretas que afetam a população negra, especialmente aqueles com deficiências. (Minority Rights..., 2023, p. 21)

As violências sofridas por meio do capacitismo e racismo produzem consequências profundas no indivíduo, pois, essas práticas corroboram para a forma com as pessoas são enxergadas e se enxergam no mundo. Na seção seguinte, iremos abordar como os aspectos legais atuam em sua forma de fazer entender a situação a qual estamos atualmente com relação a educação de pessoas negras com deficiência.

3 A PESSOA NEGRA COM DEFICIÊNCIA E O ACESSO À EDUCAÇÃO

Nesta seção exploraremos alguns aspectos políticos e legais a respeito da inclusão de pessoas negras e com deficiência na sociedade, sobretudo pela via da educação, fundamental para o seu processo de inclusão. Na primeira subseção serão apresentados alguns aspectos da política e da legislação que corroboram com o direito ao acesso e à permanência nas instituições de ensino.

Na subseção seguinte apresentaremos por meio de dados numéricos a situação de inclusão (ou exclusão) de pessoas negras com deficiência para verificarmos se, na prática, as políticas e a legislação educacional estão se efetivando.

3.1 Aspectos gerais da política e da legislação: inclusão de pessoas negras e com deficiência

No Brasil, os pilares da Constituição Federal são formados pela justiça social, como a liberdade, a ética e sociedade igualitária. Em termos técnicos, a sociedade precisa dispor de condições de igual acesso para todas as pessoas, é preciso equidade independentemente de raça, gênero, credo ou deficiência. Dessa forma, entendemos que a ordem que rege a democracia está pautada no fortalecimento dos direitos fundamentais do ser humano que protegem e ajudam a desenvolver a vida.

No entanto, a forma como a sociedade brasileira se constituiu de forma a propiciar a exclusão social, pois o Brasil foi formado por dominação, exploração e subordinação de pessoas vistas como “menos importantes”. Tudo isso contribuiu para um estado autoritário, cujos interesses estão à mercê da vontade da classe dominante que dita as regras desse país.

Contudo, existem políticas públicas e leis que oferecem respaldo às pessoas negras e com deficiência. Em 1971 foi elaborada a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência Mental² pela Organização das Nações Unidas (ONU), um marco crucial para dar visibilidade a esse público, pois esse documento buscou garantir os direitos básicos das pessoas com deficiência, após esse feito histórico, logo em 1975 a ONU produziu a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência e assim ao longo dos anos, alguns avanços foram acontecendo até o Estatuto da Pessoa com Deficiência ser criado no Brasil em 2015, assegurando e prevendo o respeito às pessoas com deficiência no País. Dessa forma, por meio do Art. 1º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015:

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (Brasil, 2015, não paginado).

² Termo utilizado na época.

Essa lei foi instaurada no Brasil como meio de promover direitos fundamentais às pessoas com deficiência, um passo muito importante, mas quando a lei fala da igualdade de oportunidades e que essa pessoa “não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (Brasil, 2015, não paginado) no Art. 4º do capítulo II, e não cita “raça” como uma possível forma de discriminação, deixa à margem as pessoas negras com deficiência que estão sujeitas a sofrerem o duplo estigma. Pois, é negligenciado o tratamento diferenciado aos sujeitos com deficiência de acordo com a cor da pele, um fator silenciado e ignorado.

A legislação se apresenta contrária a todas as formas de discriminação, mas não é específica quanto à vulnerabilidade das pessoas negras com deficiência, nesse contexto, é uma lei que precisa de atenção ao duplo caráter discriminatório e de limitação ao acesso a serviços fundamentais na sociedade, como educação, saúde e segurança. Nesse caso, é necessário buscar no Estatuto da Igualdade Racial um aparato legal para enfrentar o racismo cometido juntamente com o capacitismo, pois por mais que para muitos pareça redundante a inserção de raça em uma lei anticapacitista, o que acaba invisibilizando esse aspecto, é uma forma de garantir o direito humano de grupos historicamente marginalizados.

O Congresso Nacional Brasileiro, em 2008, ratificou a Convenção Internacional do Direito das Pessoas com Deficiência assinado em Nova York, fazendo sua integração à legislação como uma emenda constitucional, trazendo assim a visão que se esperava a respeito das múltiplas discriminações e violências que uma pessoa com deficiência está sujeita a enfrentar. Em seu preâmbulo, no que diz respeito aos direitos da pessoa com deficiência, enfatiza a preocupação com esse público, “estando sujeitas a formas múltiplas ou agravadas de discriminação por causa de raça, cor, sexo, idioma” (Brasil, 2009, não paginado). Deixando bem claro quando reconhece que o fator raça é um fator discriminatório.

Dessa forma, endossa o debate sobre como uma pessoa branca com deficiência enfrenta discriminação não é igual à forma como uma pessoa negra enfrenta a discriminação, pois nesse caso, evidencia-se o duplo preconceito, o racismo e o capacitismo. A exclusão e a discriminação não são apenas por conta de ter algum tipo de deficiência ou por ser negro (ou negra), mas tornam-se duplas, pois sua aparência entra no limbo do preconceito. O Movimento Vidas Negras com Deficiência Importam, em seu relatório sobre pessoas com deficiência que sofrem com a discriminação interseccional no Brasil, apontam uma importante observação:

Pessoas negras com deficiência relatam discriminação por parte de médicos que impedem ou atrasam o acesso a diagnósticos e reconhecimento oficial da deficiência, o que por sua vez condiciona o acesso a políticas públicas. Por vezes, até mesmo o reconhecimento de deficiências "visíveis" é negado, impedindo o acesso e o exercício de direitos fundamentais. (Minority Rights, 2023, p. 17)

Assim, mesmo que exista a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Estatuto da pessoa com deficiência), com o objetivo de proporcionar igualdade de acesso a direitos fundamentais, inclusão social, cidadania e o pleno exercício desses direitos, é necessário políticas públicas que facilitem o seu acesso e combatam o racismo sofrido por essas pessoas e suas famílias com relação aos diagnósticos, tanto para as deficiências visíveis quando para as que precisam de um olhar clínico mais apurado. O desafio enfrentado por mães de crianças com deficiência e por pessoas negras com deficiência é imenso e cabe ao Estado e à sociedade de forma geral, auxiliá-las para que possam viver com a dignidade necessária à sua sobrevivência.

Um grande passo para a inclusão das pessoas negras com deficiência na sociedade é o acesso à educação, inclusive, não importa qual seja o tipo de deficiência, esse direito precisa ser garantido para todas as pessoas. Na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, está claro quanto à responsabilidade do Poder Público e seus órgãos de assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive o direito à educação (Brasil, 1989). Ou seja, há uma determinação legislativa para que as crianças que possuem necessidades específicas sejam assistidas. Mais do que benefícios assistenciais é necessário que haja garantia de aceitação social e o primeiro passo é garantir o acesso equitativo à educação. Mas, no que tange à Educação Especial, é preciso atenção em relação aos direitos desse público, pois o seu descumprimento pode ser passível de pena. De acordo com Lei nº 13.146/2015:

Art. 8º Constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa:
I - recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência (Brasil, 2015, não paginado).

Na legislação da lei supracitada dispõe-se sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua inclusão na sociedade, mas deixa claro que a recusa ou cancelamento de matrícula, além das cobranças indevidas estão passíveis de condenações. Essa lei é uma vitória para famílias que, na tentativa de matricular seus

filhos e filhas sofrem o preconceito de forma explícita com a recusa à matrícula ao informar que seus filhos ou filhas possuem algum tipo de deficiência, pois agora há amparo legal para o direito de todas as crianças frequentarem a escola, independentemente de terem ou não algum tipo de deficiência.

Com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) de 2008, essas pessoas têm mais um aparato legal quanto ao acesso à escolar regular. Além disso, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 em seu art. 4º garante o direito a um atendimento educacional especializado de forma gratuita para os alunos e alunas público-alvo da Educação Especial (Brasil, 1996).

Em termos de legislação há instrumentos que garantem não somente o acesso à educação, mas também, a permanência de pessoas público-alvo da Educação Especial. No entanto, as leis não operam sozinhas, é fundamental que a sociedade caminhe em direção à implementação dessas leis, pois elas precisam ser cumpridas, daí a necessidade de se tornarem conhecidas e respeitadas, de forma que sejam reconhecidas como direito e não como favor.

A Lei de Cotas também trouxe grandes contribuições, no cap. 1, parágrafo único, discorre-se sobre a reserva vagas em instituições de ensino (universidades federais) e em concursos públicos. Essa lei que a princípio contemplou 50% das vagas destinadas a pessoas oriundas das escolas públicas e que estejam em maior vulnerabilidade socioeconômica, as pessoas consideradas de “baixa renda”. Beneficiam-se dessa lei as pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas (Brasil, 2012).

As cotas sendo destinadas as pessoas autodeclaradas pretas de fato é uma grande vitória. De acordo com o Art. 3º da Lei de Cotas:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012).

Após o primeiro texto da lei, alguns outros entraram em vigor como forma de melhoria e correção, como é o caso da Lei nº 13.409, de 2016 que alterou os artigos 3º, 5º e 7º Lei de Cotas e acrescentou as pessoas com deficiência para preenchimento

das vagas como público beneficiário desse texto, de acordo com a proporção das pessoas com deficiência presentes da população de cada instituição federal.

Como não basta garantir apenas o acesso, mas também, a permanência na é necessário pensar nos recursos financeiros. Nesse caso, além das leis educacionais que asseguram o direito das pessoas negras e com deficiência estarem na escola, é importante considerarmos o Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social com Deficiência social popularmente conhecida como BPC - Loas, que é a Lei Orgânica (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993) que assegura benefício de um salário mínimo mensal a pessoas com deficiência de baixa renda (famílias com renda mensal de R\$379,50 por pessoa). Para receberem esse benefício, as pessoas com deficiência (de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, sejam físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais) precisam comprovar a impossibilidade de se manterem sozinhas. Essas leis são fruto de grandes lutas das famílias, das pessoas com deficiência e dos movimentos sociais que buscam dignidade, com a efetivação de direitos, como o de estudar e de serem reconhecidas como sujeitos na tentativa de superar o tempo em que estiveram à margem da sociedade.

Na próxima seção demonstraremos como está o acesso das pessoas negras e com deficiência à educação.

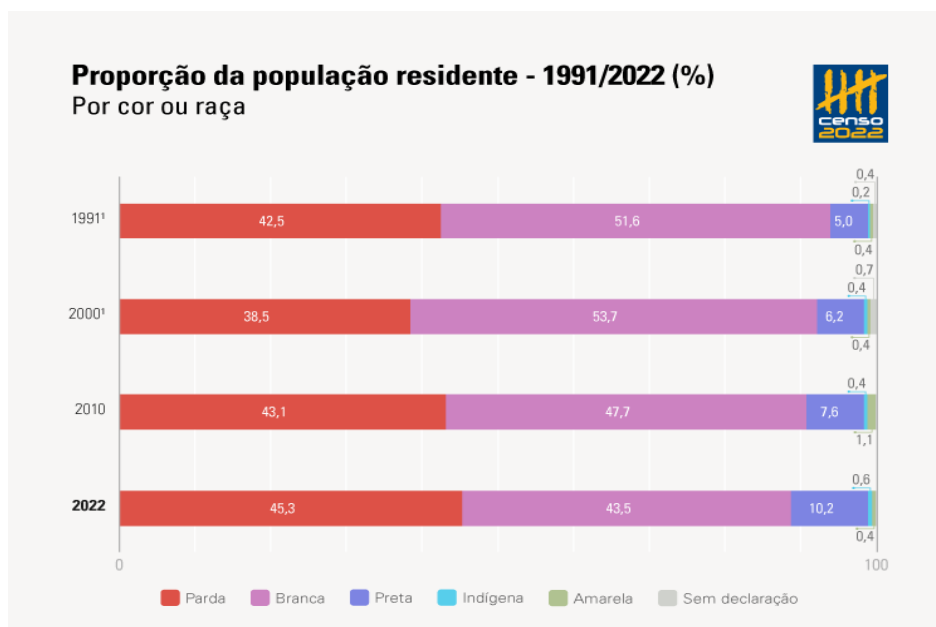
3.2 Dados relativos ao acesso à educação

Aqui apresentaremos alguns dados no que tange ao acesso à educação se considerarmos as pessoas negras e com deficiência. A partir da proporção da população residente por cor ou raça no período entre 1999 a 2022, cor ou raça predominante por município, distribuição de alunos e alunas de acordo com a cor/raça, matrículas em sala comum por alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, além de taxas de analfabetismo das pessoas com deficiência, teremos um panorama da presença ou ausência de pessoas negras e com deficiência nas instituições de ensino.

Nos últimos 10 anos houve um aumento no número de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas. De acordo com o gráfico, a população que se autodeclara preta cresceu 42,3% se comparado com 2010, apresentando alteração no percentual de 7,6% para 10,2%, ou seja, cerca de 20,6 milhões de pessoas. Os que se autodeclararam pardos subiu 11,9%, saindo de 43,1% da população para 45,5%

aproximadamente 92,1 milhões de pessoas. Um expressivo aumento da população indígena também foi notado, cerca de 89% de participação, mudando seu percentual de 0,5% para 0,8%, como mostra o Gráfico 1.

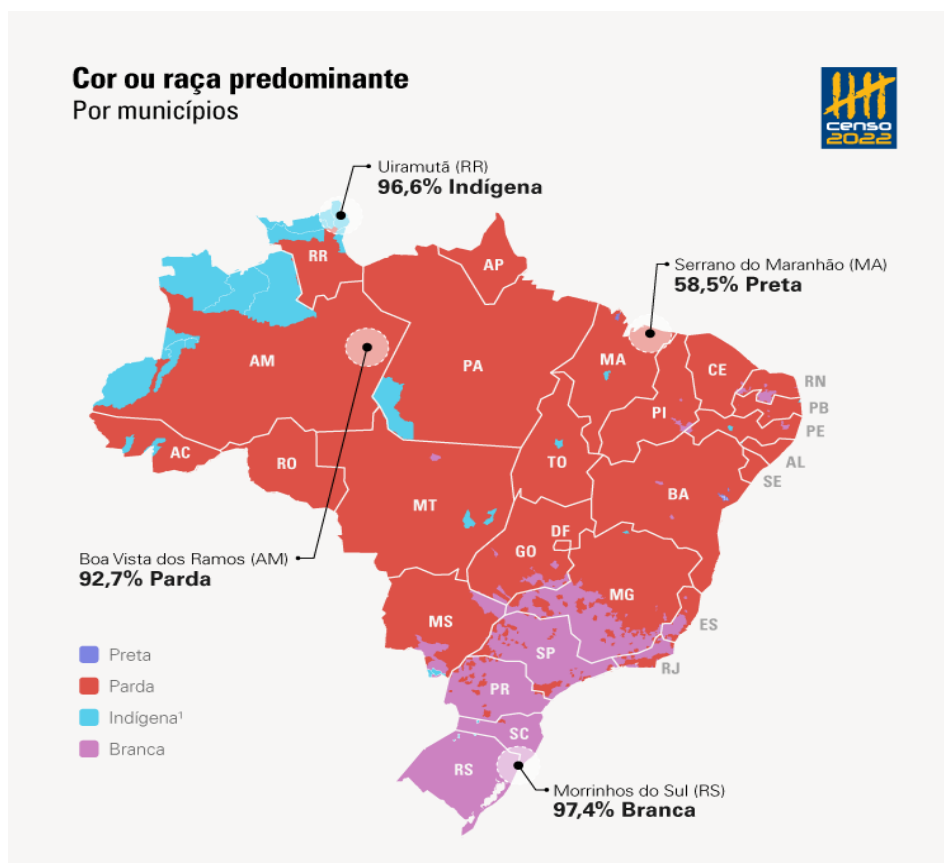
Gráfico 1 - Proporção da população residente por cor ou raça– 1991/2022 (%)



Fonte: Censo 2022 (2023)

A partir dessa informação, entendemos que a população de pardos e pretos aumentou expressivamente desde a última década. Mas, será que a população de fato só aumentou em termos numéricos ou também aumentou a consciência de raça? Tudo leva a crer que a falta de identidade étnico-racial leve muitos a se apresentarem como pardos e isso é fruto de um racismo estruturante, que molda o pensamento das pessoas ao ponto de não quererem (ou poderem) se enxergar como pretas. As regiões onde as pessoas se declaram pardas são as mais miscigenadas e toda a região nordeste, salvo por Serrano do Maranhão, se declara parda (Gráfico 2).

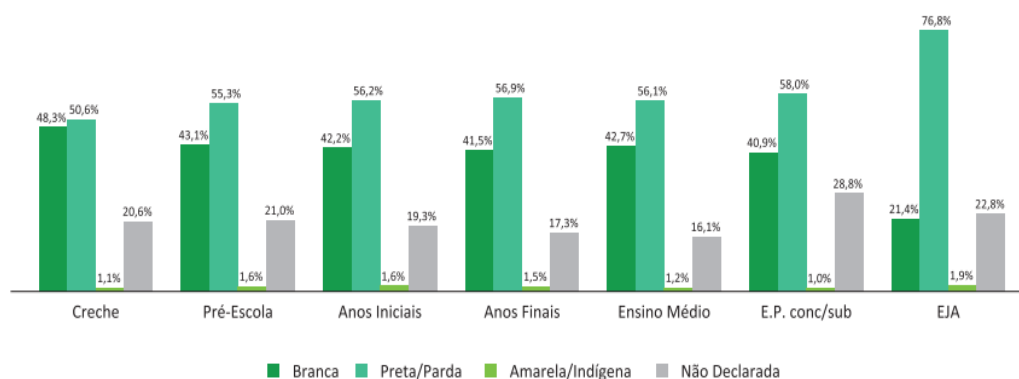
Gráfico 2 - Cor ou raça predominante por município



Contudo, o aumento do número de pretos e pardos no país suscita ainda mais o debate com o objetivo de saber se essas pessoas foram escolarizadas e quantas dessas pessoas pretas têm deficiência. De acordo com o Censo Demográfico de 2022, cerca 7,3% da população brasileira possui alguma deficiência. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad): Em 2022, aproximadamente 56,6% das pessoas com deficiência se declararam pretas ou pardas. Ou seja, as pessoas pretas com deficiência não só existem como são maioria e isso mostra que a deficiência tem cor e que o capacitismo e o racismo são enfrentados por uma grande parcela de pessoas.

O Censo Escolar da Educação Básica de 2024 divulgou os dados estatísticos da oferta e permanência de alunos nas escolas públicas e privadas e de acordo com raça e gênero. O Gráfico 3 apresenta a distribuição de alunos e alunas de acordo com a cor/raça desde a educação infantil até a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

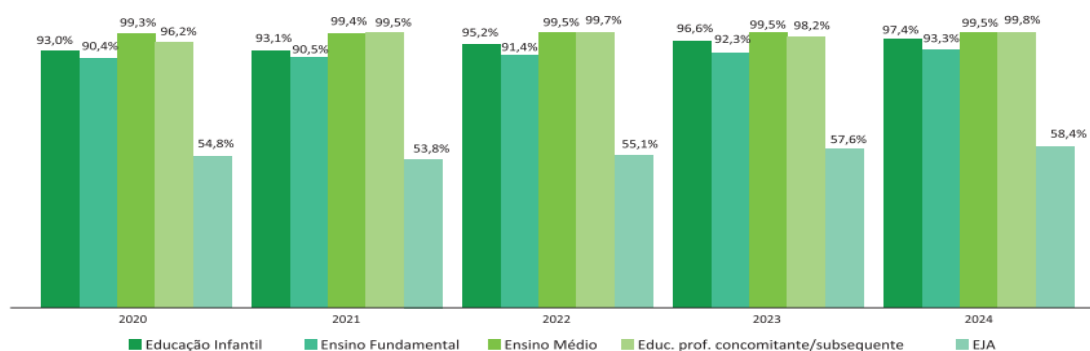
Gráfico 3 - Distribuição de alunos e alunas de acordo com a cor/raça



Fonte: Brasil (2025)

Na fase da Creche o percentual de alunos pretos e pardos é maior, chegando a 50,6% e na etapa em que os alunos pretos/pardos mais prevaleceu foi no ensino da EJA com 76,8% se comparado com os alunos brancos que foi 21,4%. Esse gráfico evidencia um detalhe muito importante com relação a EJA, pois muitos desses alunos são jovens ou adultos que por conta de jornadas de trabalho em fase escolar, precisam optar por estudar a noite, ou simplesmente abandonaram a escola e voltaram já na fase adulta com filhos, mas com a tentativa de retornar aos estudos, muitas são as barreiras sociais enfrentadas por quem precisa abandonar a escola. O Gráfico 4 retrata o quantitativo de matrículas em sala comum por alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

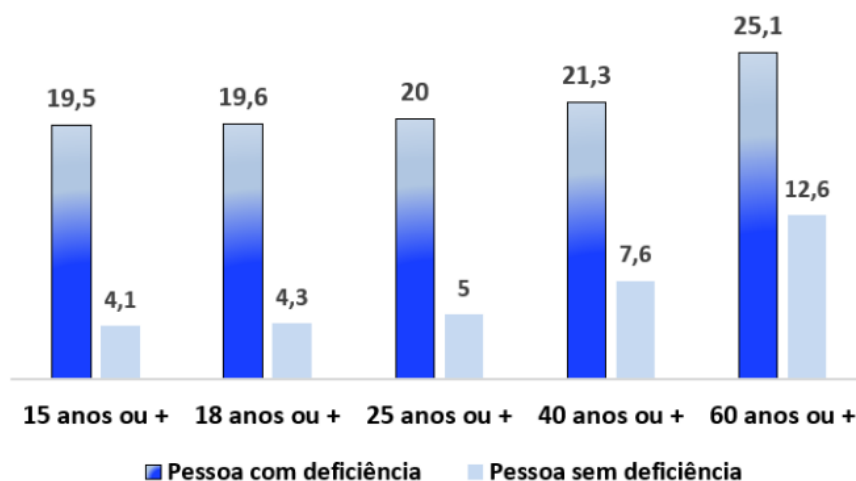
Gráfico 4 - Matrículas em sala comum por alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades



Fonte: Brasil (2025)

A porcentagem de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades tem crescido consideravelmente nas salas de aula comum nos últimos anos em todas as etapas da educação básica, a exceção se dá por conta da EJA que sempre foi menor. Mas, as demais mostram grandes aumentos e cabe a nós refletirmos se isso é positivo ou não. As salas de aulas estarem cheias de alunos com deficiência não significam necessariamente que esses alunos têm recebido o apoio e suporte que lhes é devido. O Gráfico 5 apresenta as taxas de analfabetismo das pessoas com deficiência de acordo com a idade.

Gráfico 5 - Taxas de analfabetismo das pessoas com deficiência



Fonte: Minority Rights...(2023)

Os dados apresentados evidenciam a disparidade de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas de 15 a 60 anos ou mais de idade, a diferença entre as pessoas com deficiência e as pessoas sem deficiência são alarmantes, pois os números mostram que pessoas com deficiência não alfabetizadas a partir de 60 anos chegam a 25,1%.

Atualmente o número de alunos negros com deficiência que têm ingressado no superior vem crescendo com o passar do tempo. De acordo com o Movimento “Vidas Negras com Deficiência Importam” (Minority Rights..., 2023) houve um aumento significativo no número de matrículas nos últimos anos de “4.000 em 2010 para 18.391 em 2015”, esses dados mostram um grande avanço no acesso à universidade. Contudo, ainda segundo o Movimento “Vidas Negras com Deficiência Importam”

(Minority Rights..., 2023), os alunos com deficiência negros representam um pequeno número no ensino superior se comparado ao total sendo apenas 0,6% do total de alunos negros e 35% dos alunos com deficiência.

Apesar do grande avanço, continuam sendo uma minoria e a partir disso, é possível o questionamento: Será que todos têm acesso a esse direito? E se não têm, por quê? Onde estão essas pessoas? Essas perguntas devem pairar sobre a mente da sociedade porque os alunos negros com deficiência existem. Infelizmente, há falta de dados precisos com relação a inclusão na prática e em relação ao número de alunos negros com deficiência, os dados obtidos são separados e essa falta de dados impede o prognóstico de números reais e oficiais. A falta de informações precisas com relação a escolarização e acesso aos direitos básicos mostram inclusive a falta de interesse do Poder Público em saber quem são essas pessoas e por onde elas estão.

Os desafios enfrentados por pessoas negras com deficiência são muitos, algumas destas pessoas enfrentam muitas dificuldades como falta de acesso aos serviços de saúde, pois a falta de interesse e o despreparo dificultam o acesso a diagnósticos. Existem áreas em que as políticas públicas não chegam, principalmente, onde vivem os quilombolas com deficiência, nesse caso, não há números, nenhum dado a respeito. Eles vivem em áreas de dificultoso acesso e muitos os com deficiência se veem em situações de opressão por falta de acesso a sistemas de saúde, por falta de alimentação adequada, sem direitos assistenciais, dentre muitos problemas. Tudo isso corrobora mais uma vez para a exclusão e a invisibilidade dessas pessoas. Na próxima seção apresentaremos a metodologia que direcionou a pesquisa que deu origem a este trabalho.

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa tem como propósito analisar de que maneira a interseccionalidade entre raça e deficiência atravessa as vivências familiares e escolares de crianças negras com deficiência, a partir dos relatos de mães, evidenciando os processos de invisibilização e exclusão social. Nesse sentido, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e buscará analisar e compreender os

processos sociais ao longo da história, o que possibilita um aprofundamento nos estudos interseccionais da deficiência.

A pesquisa contou com a colaboração e o envolvimento dos sujeitos no processo de construção da realidade investigada, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com mães (Quadro 1) e professoras (Quadro 2). Para a realização das entrevistas foram utilizados gravadores e registros escritos das falas das mães. Algumas entrevistas foram feitas de forma presencial e as outras por meio do Google Meet. Com o objetivo de delimitar a pesquisa, o foco e a ênfase foram dados à coleta de informações a partir das respostas das entrevistadas. As mães das crianças receberam o pseudônimo com nome de flores que, além de beleza, significam força e resiliência, exatamente o que as representa como mães de crianças com deficiência. Todos os dias precisam munir-se de coragem para enfrentar uma sociedade capacitista e lutarem pelos direitos de seus filhos e filhas. As crianças foram identificadas com as cores que remetem às cores das flores e as professoras serão identificadas com nomes de árvores (Quadro 1).

Quadro 1 – Informações das famílias

Nome da Mãe	Nome da Criança	Deficiência	Ano escolar	Escola	Cor/Raça	Idade
Lótus	Azul	TDAH e TOD	8º ano	Pública	Preto	14 anos
Girassol	Amarelo	Trissomia do Cromossomo 21	Infantil I	Privada	Pardo	4 anos
Rosa	Vermelho	Trissomia do Cromossomo 21	4º ano	Pública	Pardo	9 anos

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Quadro 2 - Informações da Professora

Nome da professora	Área de atuação	Formação
Ipê	Educação Infantil	Pedagogia

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

O contato direto com as famílias tem o poder de proporcionar uma compreensão mais ampla do contexto, e as estratégias que melhor representam a investigação qualitativa será por meio das entrevistas. E a partir da entrevista com as professoras, a possibilidade de ampliar a visão acerca da perspectiva e olhar delas para as crianças, observando e analisando as práticas que invisibilizam — ou não — crianças negras com deficiência, a construção de estigmas a partir da percepção sobre interseccionalidade e inclusão. Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 48):

Os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. Entendem que as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência. Os locais têm de ser entendidos no contexto da história das instituições a que pertencem. Quando os dados em causa são produzidos por sujeitos, como no caso de registos oficiais, os investigadores querem saber como e em que circunstâncias é que eles foram elaborados.

Nesse íterim, foram analisadas as representações sociais, as práticas pedagógicas e os aspectos de visibilidade ou invisibilidade. Essa orientação metodológica contribui para o cuidado na delimitação do foco investigativo, que não se volta para experiências clínicas nem para políticas públicas, mas para o modo como as práticas e relações escolares reproduzem ou enfrentam a exclusão interseccional.

A atenção ao contexto como um todo será essencial. Isso implica considerar as dinâmicas escolares que operam para além do currículo formal, observando os discursos implícitos e as mensagens simbólicas presentes nas falas, bem como nas relações entre as crianças e seus pares. Conforme sugerem Bogdan e Biklen (1994), a investigação qualitativa também se interessa pelas estruturas invisíveis da cultura, aquelas que não estão formalmente descritas, mas que influenciam fortemente as práticas cotidianas e a percepção de pertencimento dos sujeitos. Por isso é necessário um roteiro de entrevista semiestruturada bem feito e com espaço para diálogos, pois isso será relevante para identificar padrões de linguagem, símbolos, rotinas e gestos que atuem como dispositivos de exclusão ou de acolhimento. Dessa forma:

[...] um roteiro bem elaborado não significa que o entrevistador deva tornar-se refém das perguntas elaboradas antecipadamente à coleta, principalmente porque uma das características da entrevista semi-estruturada é a possibilidade de fazer outras perguntas na tentativa de compreender a informação que está sendo dada ou mesmo a possibilidade de indagar sobre questões momentâneas à entrevista, que parecem ter relevância para aquilo que está sendo estudado (Manzini, 2004, p. 6).

Além das entrevistas, foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental, a partir dos conhecimentos adquiridos por meio de pesquisas anteriores que se situam em áreas semelhantes àquela na qual o estudo está situado. Como afirma Severino

(2007, p. 122) “utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados”. Todas as fontes consultadas orientaram a construção de ideias e hipóteses, além de contribuírem para a fundamentação dos argumentos utilizados.

A pesquisa bibliográfica contou com o levantamento dos artigos e utilizou o indexador SciELO (Scientific Electronic Library Online), o Portal de Periódicos da Capes e o resultado de pesquisas da base do Google Acadêmico. Para a pesquisa, foi utilizado recorte de data e descritores. Ao pesquisar por ‘Deficiência e negros’ ou ‘Deficiência e pretos’ não houve nenhuma pesquisa encontrada. Ao usar ‘invisibilidade AND negros’ o quantitativo de 8 pesquisas foram encontradas sendo que 4 são do ano de 1999 até 2014 e as outras quatro são dos últimos 5 anos. Utilizando ‘Invisibilidade AND pretos’ foram encontradas duas pesquisas de 2011 e outra de 2020. Pesquisando por “Interseccionalidade e deficiência” foram encontrados 16 trabalhos de 2019 até 2025. Ao pesquisar ‘negros e deficiência’ apareceram 89 mil resultados, ao fazer o recorte de 2019 a 2025 surgiram o total de 14.700 trabalhos

Ao procurar por ‘interseccionalidade e deficiência’ de 2019 a 2025 chegou-se ao número de 7.380 mil resultados. O recorte das pesquisas se deu por conta da proximidade com o tema em juntar raça, deficiência e interseccionalidade e então iniciou-se uma análise minuciosa de textos de Mbembe (2016), Almeida (2019), Gomes (2005), Almeida (2020), Gugel (2015), entre outros, além da Constituição e alguns relatórios como *A Situação das Pessoas Negras com Deficiência no Brasil* (2023) e os relatórios do Censo do IBGE (2022) todos esses textos e documentos serviram para a construção do referencial teórico sobre racismo, capacitismo, deficiência e infância.

Dessa forma, este trabalho se mostra relevante porque a invisibilidade das crianças negras com deficiência já começa no interesse pela pesquisa, expressando que são poucos os trabalhos com foco na interseccionalidade entre Educação Especial e Étnico-racial. Portanto, discutir o tema é um passo fundamental para repensar políticas públicas realmente inclusivas e antirracistas.

5 RESULTADOS

Nesta seção iremos abordar os dados obtidos através das entrevistas com as mães de crianças negras com deficiência e das professoras. Após o percurso metodológico e as entrevistas realizadas, foram tecidos os dados da pesquisa por meio de coleta das informações levantadas, primeiramente, abordando assuntos com relação aos direitos das crianças e depois na relação com a escola. E através disso, tentar compreender de que maneira a interseccionalidade entre raça e deficiência atravessam as vivências familiares de crianças negras com deficiência, a partir dos relatos de mães e de uma professora para identificar como elas interpretam e

percebem as experiências vividas pelos filhos e filhas em diferentes espaços sociais, dentre elas, a escola.

Para isso, o delimitador da pesquisa será guiado pelas perguntas que darão início a esta discussão:

Quadro 3 - Pergunta 1: “Seu filho consegue acessar os benefícios sociais?”

1: Lótus	Não recebe nenhum benefício social.
2: Girassol	Não consegue, mas ele tem acesso a consulta pelo plano e particular.
3: Rosa	Tem dificuldade, mas consegue acesso ao BPC.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas (2025)

As mães entrevistadas têm filhos em idades diferentes e vivem contextos diferentes. Mas, compartilham do mesmo sentimento que é ser mãe de uma criança com deficiência e de todos os prazeres e percalços que isso acarreta (Quadro 3). Um ponto muito importante a ser abordado é com relação aos direitos que essas crianças devem ter acesso e isso vai desde educação, saúde, transporte, dentre outros. Já foi retratado nesta pesquisa os direitos que são garantidos para esse público, mas com as respostas podemos inferir que o acesso a essas políticas não é fácil.

De acordo com a Girassol, os critérios usados para conseguir esses benefícios são muito limitantes, todas as comprovações necessárias são muitas vezes vexatórias. Pois, segundo a fala dessa mãe “as pessoas têm que demonstrar serem miseráveis”, para receber o mínimo. Sendo que na maioria das vezes as mães não podem trabalhar porque não têm com quem deixar seus filhos e filhas, e se trabalharem para ajudar em casa, precisam ganhar o suficiente para pagar alguém para ficar com a criança e acompanhar em todas as demandas do dia com consultas, terapia etc., o que é muito difícil e, mesmo assim, não conseguiriam receber o auxílio. Ou seja, para caber nesses critérios é preciso estar em situação de extrema vulnerabilidade social, o que acaba por excluir muitas pessoas que precisam do benefício.

Para Eugênia Augusta Fávero, o que se defende atualmente é que o critério de ¼ de salário-mínimo, além de ferir o princípio da isonomia, inviabiliza o preceito constitucional, pois restringe em demasia o número de pessoas que teriam direito ao benefício assistencial (In Sposati, 2004). Para Fávero, o critério da renda do BPC fere o princípio da isonomia porque existem outros benefícios da assistência social implementados pelo Governo Federal que têm como critérios elegíveis de renda outros patamares para considerar a

pobreza e, consequentemente, o acesso das pessoas aos benefícios e programas assistenciais (Santos, 2006, p.181)

Há um debate com relação aos critérios utilizados para que uma pessoa se torne elegível para o recebimento e acesso ao BPC – Loas, é como uma tentativa do próprio INSS de barrar esse acesso. Na verdade, do que adianta ter uma lei que afirme seu direito, mas na prática o acesso a esse direito é impedido? É necessário questionar essas leis para que haja mudança e o acesso a elas seja facilitado para as pessoas com deficiência e as famílias que já enfrentam diversas barreiras sociais.

Outrossim, muitos diagnósticos são negados sem motivos aparentes ou simplesmente são protelados por não haver médicos em quantidade suficiente no setor público, o que leva as famílias a esperarem por consultas, resultando resultam em filas de espera que podem levar anos. Na entrevista, a mãe Lótus relatou que quando seu filho, que agora tem 14 anos, estava na Educação Infantil, uma professora chamou sua atenção pedindo que levasse a criança azul ao psicopedagogo para que fizesse uma consulta, mas não deixou claras as suas observações enquanto professora. A mãe buscou por atendimento e consultas no setor público, mas devido à dificuldade para conseguir, não prosseguiu com a tentativa. Apenas depois de muitos anos, quando a criança já estava com 11 anos, ela finalmente conseguiu atendimento psicopedagógico por meio da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). O diagnóstico tardio também compromete o desenvolvimento da criança, por isso é necessário que tenham médicos em quantidade que possa garantir os atendimentos, pois a falta do diagnóstico acarreta maiores danos para a família e, principalmente para a criança.

Quadro 4 - Pergunta 2: “Você sente que os serviços públicos estão preparados para atender crianças com deficiência?”

1: Lótus	Não estão preparados, principalmente na saúde, parece que nem sabem o que estão fazendo na maior parte das vezes.
2: Girassol	Razoavelmente, precisam melhorar e ter pessoas realmente preparadas e qualificadas nos atendimentos. São raros os bons atendimentos em todos os setores.
3: Rosa	Não estão preparados para receber pessoas com deficiência de forma geral, são muito negligentes e não têm empatia.

	Principalmente na saúde, existe muito julgamento, falam coisas desnecessárias, destratam as pessoas.
--	--

Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas (2025)

O acesso aos serviços públicos (Quadro 4) de atendimento é a válvula de escape da maioria dos brasileiros que não têm condições de estarem fazendo consultas em clínicas particulares. As dificuldades encontradas estão em todos os setores, tanto na rede pública, quanto na esfera privada. Infelizmente, os maiores problemas enfrentados estão na rede pública com falta de infraestrutura de qualidade, falta de profissionais suficientes para dar conta da demanda e, em muitos casos, profissionais que não levam a sério o juramento de respeitar a vida com honra e dignidade, dentre muitos outros problemas.

Nos relatos das mães, foi unânime a negativa quanto ao questionamento se os serviços públicos estão preparados para receberem crianças com deficiência, principalmente na saúde. Essas mães estão ancoradas em diversas situações que precisaram de um atendimento de qualidade e receberam olhares de julgamento, negligência e desrespeito com filas intermináveis de espera. Com isso, existe o apelo por profissionais mais humanos. Rosa, em seus relatos diz que entende que todos estão cansados fisicamente e mentalmente, mas que não se pode esquecer que do outro lado estão pessoas assim como elas. No que tange à educação foram feitas algumas perguntas a essas mães.

Quadro 5 - Pergunta 3: “A escola oferece algum tipo de suporte específico para a deficiência do seu filho?”

1: Lótus	Não oferece nenhum tipo de suporte.
2: Girassol	Sim, a escola conta com suporte de AEE.
3: Rosa	Sim, tem uma auxiliar e oferece material adaptado.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas (2025)

A partir das respostas (Quadro 5), precisamos levar em consideração que apenas uma criança estuda em rede pública. A criança de cor “Azul”, filho da mãe Lótus. Na escola em questão, por mais que a mãe sempre procure por apoio, este é negado. A criança é tratada como “sem limites” por parte de todos na escola, a gestão

faz pouco caso da condição da criança a ponto de não socializar essa informação com as professoras e os professores.

Dito isso, existe um descaso por parte da escola com relação à deficiência da criança e mais que isso, a mãe diz que há quase uma implicância com a criança, pois tudo que ela faz ganha maior repercussão e, por isso, é tratada com medidas extremas. Contudo, é possível que todo esse tratamento esconda algo mais sério, o racismo velado, um grande desafio enfrentado na sociedade, considerado como injúria racial. Que acontece por meio de desqualificação da pessoa em função de sua raça.

As outras crianças estudam em escola particular. A criança de cor Amarela, filho da mãe Girassol, inicialmente não recebeu suporte. A mãe precisou solicitar apoio em sala para a criança, apesar da resistência, a queixa foi atendida, a escola também conta do suporte de professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que, de acordo com a mãe, funciona perfeitamente. A criança cor Vermelha, filho de Rosa, frequenta a escola desde cedo e sempre foi bem acolhido e recebido, com todo suporte, desde material adaptado à tutora em sala.

Essas informações nos fazem compreender minimamente que não tem como comparar a evolução escolar de uma criança que tem suporte, com uma criança que não tem, principalmente em se tratando de uma criança com alguma deficiência. Cada criança é única, assim como o desabrochar de seu desenvolvimento. Para crianças pretas com deficiência é essencial ter um currículo que seja inclusivo. Na entrevista com a Professora Ipê, ao ser questionada se acha que o currículo é pensado para a inclusão e a diversidade, a professora diz: “O que está na lei e no currículo pode enfrentar dificuldades na realidade escolar”. É possível uma flexibilização no que diz respeito à adaptação, mas que de acordo com a realidade, alguns problemas podem ser enfrentados. Dito isto, é certo que a evolução de crianças com condições e necessidades que precisam de suporte e apoio, requerem estímulos, atenção, cuidado, adaptação, ambiente colaborativo e acessível. Sem essas condições básicas, há uma defasagem com relação à inclusão.

Quadro 6 - Pergunta 4: Qual a maior dificuldade que seu filho enfrenta na escola por ser uma criança com deficiência? Você acha que a cor da pele influencia no tratamento por ele recebido?

1: Lótus	Não ter apoio escolar. Não acha que a cor da pele influencie.
----------	---

2: Girassol	Não vê nenhuma dificuldade e não vê que a cor da pele influencie no tratamento.
3: Rosa	Com a relação dele com outras crianças na escola, que o achavam “abestado” para a idade e um que não gostava de ser abraçado por ele e no acompanhamento da turma que é mais lento. Não acha que a cor da pele influencie.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas (2025)

É certo que existem dificuldades no ambiente escolar como um todo e as falas dessas mães retratam isso e nas escolas públicas a falta de suporte sempre se sobressai (Quadro 6). Compreendo que por parte de muitas professoras há o esforço para que dentro de suas possibilidades a inclusão de fato aconteça, mas nem sempre ocorre como esperado, pois, existem situações que precisam que todos contribuam. Desde o Estado fornecer recursos necessários, salas de aula adequadas, disponibilizar psicopedagogos, psicólogos, professoras de AEE para as escolas até uma gestão que se comprometa com a inclusão de verdade e propague pela escola informações que muitas vezes são desconhecidas das famílias no que diz respeito aos alunos e alunas com deficiência que estão inseridos nesse contexto escola.

As falas das crianças sobre a criança de cor Vermelha, muitas vezes podem ser reproduções das suas famílias. As crianças escutam e simplesmente reproduzem. Isso nos faz refletir o quanto a sociedade ainda é capacitista, o quanto o ser humano precisa se desenvolver enquanto pessoa, precisa aprender e quebrar esse paradigma preconceituoso.

De acordo com as falas, nenhuma mãe acha que a cor da pele influencie no tratamento que as crianças recebem. A professora Ipê em suas falas disse algo que pode nos levar a refletir:

O capacitismo se sobressai porque de qualquer forma muitas escolas não estão preparadas para trabalhar numa perspectiva antirracista. Vejo que o fato de a criança ter uma deficiência tem mais atenção do que o fato da criança ser preta. Uma criança preta com autismo é vista superficialmente como qualquer outra. Talvez na infância tudo seja romantizado e relevado, mas as maiores dificuldades podem surgir na adolescência e vida adulta caso não haja tratamento desde cedo.

Com isso, percebemos que a fala expressa um pensamento de romantização da infância, tanto em razão da raça, quanto da deficiência. Ao se tratar sobre racismo, existe uma certa sutileza das pessoas ao se referirem ao termo. Na fase da infância é um pouco mais difícil de perceber atitudes capacitistas e racistas, embora existam, ou

tudo acontece de forma mais velada. No entanto, a fase da adolescência e vida adulta vai deixando tudo um pouco mais evidente e percebemos isso nos relatos da mãe Lótus, ao descrever a forma como seu filho de 14 é visto e tratado pelas pessoas.

O primeiro sinal de capacitismo acontece quando a escola se dirige à mãe para relatar os problemas enfrentados e não dá voz a essa criança, procurando saber o que ela pensa ou o que ela quer. Como se não tivesse capacidade de responder, não o incentivam no desenvolvimento da autonomia e da capacidade de expressão. E tudo isso acontece sob a prerrogativa de atenção e cuidado, mas que ampara o pensamento capacitista e tutelar, revelando uma exclusão de forma sutil.

Na relação com o racismo, é possível afirmar que existe um racismo sutil nas relações, pois historicamente há um lugar estabelecido para cada um conforme a cor. E isso fica evidente em um dito comum “branca é pra casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar”. Essa frase enfatiza que quanto mais preto, maior é o preconceito. A sociedade tente a querer dar características de embranquecimento para as pessoas pretas, por isso quanto mais clara for sua cor de pele, mais bem aceita a pessoa será. Portanto, uma criança preta retinta enfrenta dificuldades que uma parda não enfrenta e isso não é demarcar hierarquia de racismo, é apenas pontuar a forma como a sociedade olha para as pessoas de “cor”.

Nesse sentido, é muito importante que as mães tenham um olhar atento para as relações na escola, pois um ambiente é um terceiro educador. Por isso a escola precisa proporcionar um ambiente pensado e adaptado para as necessidades de todos, inclusive das pessoas com deficiência, por isso, seu currículo precisa ser inclusivo, principalmente sem deixar de lado as relações étnico-raciais. É necessário reconhecer a existência das crianças negras com deficiência e considerar a interseccionalidade existente entre raça e deficiência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar de que maneira a interseccionalidade entre raça e deficiência atravessa as vivências familiares e escolares de crianças negras com deficiência, a partir dos relatos de mães, evidenciando os processos de invisibilização e exclusão social. Os dados colhidos mostraram que a relação entre racismo e capacitismo está presente no contexto escolar, ainda que de forma sutil e velada, principalmente na fase da Educação Infantil.

Durante a pesquisa, buscou-se entender como a visão histórica a respeito de racismo e capacitismo se sucederam e como influenciam atualmente. Principalmente como esses termos se interligam e se encontram na interseccionalidade, que age como um meio para se promover a inclusão das pessoas que estão à margem da sociedade neste país.

De acordo com pesquisas bibliográficas, essas relações emergem no que Marques (2012) chama de biopoder, que é a forma como o Estado exerce sua soberania e decide quais são os grupos hiper vulneráveis, culminando em controle sobre quem tem acesso à saúde, educação, transporte etc.

Outrossim, foi possível perceber como as leis vigentes de amparo e garantia de direito e acesso à educação, saúde e dignidade das pessoas negras e com deficiência são de difícil acesso e acabam por ser excludentes, quando deveriam incluir. As pessoas estão amparadas legalmente, mas nem todas conseguem esse amparo na prática. Dito isso, as Leis de Cotas que abarcam as pessoas com baixa renda, os quilombolas e as pessoas com deficiência são um alento para quem almeja adentrar o ensino superior, mas para chegar nessa fase é preciso passar pela educação básica.

Contudo, os números são claros quando apresentam o quantitativo de alunos com deficiência inseridos nas salas comum e que não são alfabetizados. Em relação às pessoas negras e com deficiência os dados, quando existem, não são muito precisos, isso mostra o quanto não são valorizados e como o Estado não se importa em incluir essas pessoas, não demonstrando preocupação com suas especificidades, mostrando assim o quanto há lacunas na promoção de proteção de direito e igualdade de oportunidades. Sendo necessário não só políticas afirmativas de inclusão, como conscientização pública para atenuar a discriminação.

Assim sendo, a educação e os dispositivos de poder precisam caminhar para uma verdadeira inclusão. De acordo com a forma como as mães percebem capacitismo e racismo nas instituições de ensino é preciso muito para que essa educação inclua de verdade os diferentes. O discurso pedagógico precisa caminhar na narrativa de desconstrução de pensamentos e ideias racistas capacitistas e construir caminhos para compreensão, aceite e inclusão efetiva.

Por fim, este estudo destaca a importância de se pensar a educação antirracista e anticapacitista, promover meios de elucidar a sociedade na tentativa de mitigar as barreiras impostas socialmente. Assim como políticas que sejam pensadas para facilitar a vida das pessoas negras com deficiência, contribuindo com o fim de desigualdades sociais e propiciar condições equitativas para todos, independente de raça, gênero, credo ou deficiência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. O. D.; ARAÚJO, L. A. DisCrit: os limites da interseccionalidade para pensar sobre a pessoa negra com deficiência. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 10, n. 2, 2020.

ALMEIDA, S. L. D.; PAULANI, L. M. O silêncio eloquente: por que as teorias do desenvolvimento calam sobre o racismo?. **Brazilian Journal of Political Economy**, [S. l.], v. 45, n. 1, 2024.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. [S. l.]: Editora Pólen, 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIANCHETTI, L. Aspectos históricos da educação especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [S. l.], v. 3, p. 19- 37, 1995.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, K. S. **Investigação qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994, 336p.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo

facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 out. 1989.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 23 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo Escolar da educação básica 2024**: resumo técnico. Brasília: Inep, 2025. 78 p.

CENSO 2022. **Agência de Notícias IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, 22 dez. 2023.
Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>. Acesso em: 18 dez. 2025.

CERTEZA, L. M. O que é capacitismo?. *In*: AZMINA FAZ. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/o-que-e-capacitismo/>. Acesso em: 13 dez. 2025.

CHAHINI, T. H. C. **O percurso da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior**. [S. l.]: Editora Appris, 2024.

CHARTIER, R. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CRENSHAW, K. Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra à doutrina antidiscriminatória, à teoria feminista e à política antirracista. *In*: UNIVERSITY of Chicago Legal Forum. Chicago, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8/>. Acesso em: 16 dez. 2025.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], p. 171-188, 2002.

FOUCAULT, M.; GALVÃO, M. E. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). **Griffith Law Review**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 148-173, 2005.
Disponível em: <https://repository.law.miami.edu/2005>. Acesso em: 18 dez. 2025.

GESSER, M.; BLOCK, P.; MELLO, A. G. D. Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. *In*: GESSER, M.; BLOCK, G. L. K.; LOPES, P. H. (orgs.). **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba: Editora Crv, 2020. p. 17-35.

GOMES, A. B. S. **Movimento negro e educação inclusiva**. [S. l.: S. n.], 2005.

GUGEL, M. A. **A pessoa com deficiência e a sua relação com a história da humanidade**. [S. l.]: Ampid, 2015. Disponível em: <http://www.ampid.org.br/v1/wp-content/uploads/2019/03/A-pessoa-com-defici%C3%Aancia-e-sua-rela%C3%A7%C3%A3o-com-a-hist%C3%B3ria-da-humanidade.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2025.

GUGEL, M. A. **Pessoas com deficiência e o direito ao trabalho**. [S. l.]: Editora Obra Jurídica, 2007.

LIMA, A. P. *et al.* Racismo estrutural e capacitismo: a importância dos direitos humanos na defesa da vida de pessoas com deficiência hipervulneráveis. **Derecho y Cambio Social**, [S. l.], v. 21, n. 75, 2024.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2., 2004, Bauru. **Anais** [...]. Bauru: USC, 2004. p. 58-59.

MARQUES, J. Michel Foucault. 1999. Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975/1976). Título original: *Il Faut Défendre la Société*. Éditions du Seuil, 1997. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes. **Interações**, São Paulo, v. 2, n. 3, 2012. Disponível em: <https://www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/view/53>. Acesso em: 15 dez. 2025.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & ensaios**, [S. l.], n. 32, p. 122-151, 2016.

MINORITY RIGHTS group international. **Relatório: a situação das pessoas negras com deficiência no Brasil**. Iorque: MRG, 2023. 32 p.

MONTEIRO, C. H. M. *et al.* Pessoa com deficiência: a história do passado ao presente. **Revista Internacional de Apoyo a la Inclusión, Logopedia, Sociedad y Multiculturalidad**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 221-233, 2009.

NEGREIROS, D. D. A. **Acessibilidade cultural: por que, onde, como e para quem?**. Rio de Janeiro: [S. n.], 2014.

SANTOS, W. R. Justiça e deficiência: a visão do poder judiciário sobre o BPC. **Sociedade em Debate**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 165-186, 2006.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. [S. l.]: Cortez Editora, 2017.

SOUSA, V. A. D. Capacitismo e currículo oculto escolar: construindo relações. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 6., 2019, Campina Grande. **Anais** [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2019.

VALDES, F. Legal reform and social justice: an introduction to latcrit theory, praxis and community. **Griffith Law Review**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 148-173, 2005. Disponível em: https://repository.law.miami.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1512&context=fac_articles. Acesso em: 20 dez. 2025.

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o/a Sr./Sr.^a para participar da Pesquisa com o título preliminar “INVISIBILIDADE E INTERSECCIONALIDADE: crianças negras com deficiência”, sob a responsabilidade da pesquisadora Jaíne dos Santos Rocha Ribeiro, que tem como objetivo analisar de que maneira a interseccionalidade entre raça e deficiência atravessa as vivências familiares e escolares de crianças negras com deficiência, a partir dos relatos de mães e de uma professora, evidenciando os processos de invisibilização e exclusão social. Sua participação é voluntária e dar-se-á por meio de entrevista, cujo conteúdo será registrado. Nenhum dos procedimentos utilizados

oferece riscos previsíveis para as participantes. Em caso de desconforto, a entrevista pode ser suspensa a qualquer momento, caso seja desejado. Se o/a Sr./Sr.^a aceitar participar, as respostas obtidas por esta pesquisa poderão contribuir para a produção científica nas áreas de Educação Especial Inclusiva e Relações Etnicorraciais. Se depois de consentir a sua participação o/a Sr./Sr.^a desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa. O/a Sr./Sr.^a não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração referente a esta pesquisa. Entretanto, caso o/a Sr./Sr.^a tenha alguma despesa decorrente desta pesquisa será totalmente ressarcida pela pesquisadora responsável. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas a sua identidade não será divulgada, uma vez que será guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o/a Sr./Sr.^a poderá entrar em contato com a pesquisadora no seguinte endereço de e-mail: jaíne.rocha@discente.ufma.br.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, fui informado/a sobre a natureza da pesquisa e porque a pesquisadora precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou receber nenhuma remuneração e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias originais, que serão assinadas por mim e pelas pesquisadoras, ficando uma via com cada uma de nós.

Assinatura do/a participante da pesquisa

Assinatura da pesquisadora responsável

São Luís, MA ____/____/____

APENDICE B – Roteiro de entrevista das mães

1. Dados iniciais: Idade da criança, ano escolar, deficiência e tempo na escola.
- **Acesso aos direitos:**
2. Quando você pensa nos direitos do seu filho, quais são os principais desafios que você enfrenta para garanti-los? (Saúde, educação, transporte, atendimento especializado etc.)
3. Seu filho consegue acessar os benefícios sociais?
4. Você sente que os serviços públicos estão preparados para atender crianças com deficiência? Por quê?
5. Você pode contar alguma situação em que tentou acessar algum direito e encontrou dificuldade? (você pode contar se já ocorreu alguma situação de negligência, como você se sentiu.)

6. Seu filho tem acesso aos cuidados médicos básicos? (Terapia, fisioterapeuta, fonoaudiologia etc.)

- **Relação com a escola:** suporte, inclusão e desafios.

7. Como tem sido a experiência do seu filho na escola desde o início até agora? Tanto com os colegas, quanto com as professoras.

8. A escola oferece algum tipo de suporte específico para a deficiência do seu filho? (Adaptações para as dificuldades dele, profissionais de apoio e materiais adaptados)

9. Você acha que o suporte oferecido pela escola (se oferecer) é suficiente? Senão, o que mais você acha que seria necessário?

10. Qual a maior dificuldade que seu filho enfrenta na escola por ser uma criança com deficiência? Você acha que a cor da pele influencia no tratamento por ele recebido?

11. A escola reage bem quando você procura apoio ou tenta resolver algum problema?

12. O que as escolas poderiam fazer de diferente para acolher melhor crianças com deficiência e suas famílias?

- **Rede de Apoio**

13. Quem te apoia quando você precisa garantir algum direito para seu filho?

14. Você participa de algum grupo de apoio para mães ou movimento por direitos?

APÊNDICE C – Entrevista com a professora

Objetivo: Compreender a escolarização de crianças negras com deficiência e como são enfrentadas múltiplas barreiras no contexto escolar.

➤ **Identificação e trajetória profissional**

1. Como se deu sua formação inicial na graduação e sua trajetória como professora?
2. Há quanto tempo atua na educação básica e em qual etapa (Educação Infantil, Ensino Fundamental, etc.)?
3. Já atuou ou atua atualmente com alunos que são público-alvo da Educação Especial? Quais?

➤ ***Presença de alunos negros com deficiência na escola/sala***

1. Em sua experiência profissional, você já teve ou tem alunos negros com deficiência em sua turma?
2. Você acredita que sua graduação a preparou para ensinar essa criança?

3. Como essa identificação (raça e deficiência) é percebida e registrada pela escola?
4. Você considera que a escola reconhece a existência de alunos que vivenciam simultaneamente o racismo e o capacitismo? Por quê?
5. Você acha que a escola está preparada para oferecer todo o suporte que é direito da criança? Por quê?

➤ **Múltiplas barreiras enfrentadas pelas crianças**

1. Quais as principais dificuldades ou barreiras que você percebe que essas crianças enfrentam no cotidiano escolar?

() pedagógicas () atitudinais () estruturais () sociais/culturais
2. Você percebe diferenças no tratamento, nas expectativas ou nas oportunidades oferecidas a crianças negras com deficiência em comparação a outras crianças?
3. Você percebe que o racismo e o preconceito em relação à deficiência aparecem (ou não) nas relações entre alunos, professores e gestão escolar? Por quê?

➤ **Currículo e práticas pedagógicas**

1. Na sua percepção, o currículo escolar contempla a diversidade racial e as especificidades das crianças com deficiência?
2. Você sente que o currículo é flexível o suficiente para atender às necessidades dessas crianças?
3. Há adaptações curriculares específicas para alunos negros com deficiência? De que forma elas são pensadas e implementadas?
4. Você utiliza materiais, conteúdos ou práticas pedagógicas que valorizem a identidade negra e considerem a deficiência de forma não excludente?

➤ **Suporte oferecido pela professora e pela escola**

1. Que estratégias você utiliza para dar suporte pedagógico a alunos com deficiência?
2. A escola oferece apoio institucional para esse trabalho (AEE, profissionais de apoio, equipe multidisciplinar, formação continuada)?
3. Como ocorre a articulação entre a professora regente, professora do AEE, coordenação pedagógica e família?

4. Quais são os principais desafios que você enfrenta para garantir uma educação inclusiva e antirracista?

➤ ***Formação e especialização em Educação Especial***

1. Você já possui ou pretende ter uma formação ou especialização em Educação Especial ou Educação Inclusiva?
2. Durante sua formação inicial, temas como deficiência e relações étnico-raciais foram abordados? De qual forma?
3. Você sente necessidade de mais formação específica para lidar com as demandas de alunos negros com deficiência?
4. A rede de ensino oferece cursos ou formações continuadas sobre inclusão e relações raciais?

➤ ***Avaliação crítica e sugestões***

1. Na sua opinião, o que a escola poderia fazer para melhorar o atendimento educacional às crianças negras com deficiência?
2. Que mudanças no currículo, na formação docente ou nas políticas educacionais você considera necessárias?
3. Gostaria de acrescentar algo que considere importante sobre sua experiência com alunos negros com deficiência?